

Caxias do Sul - RS, 14 de março de 2017.

2º Semestre de 2016
Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon, disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades BNDES Finance, CDC, *Floor Plan* e Vendor, e empréstimos na modalidade Capital de Giro e Desconto de Recebíveis. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das empresas Randon. Durante o exercício de 2016 o Banco não realizou contratações de novas operações de BNDES Finance. Com isso, concentrou sua exposição em operações de curto prazo com recursos próprios, impactando na redução da carteira de ativos de longo prazo, evidenciado pela carteira passiva conforme tabela a seguir.

Valores em milhares de reais

	Exigível a longo prazo	Total Carteira
	2016	2015
FINAME	80.405	164.171
	164.707	268.524

Tabela 1 - Obrigações por Empréstimos e Repasses. Isso se deu com o objetivo de colaborar com a melhora dos indicadores de endividamento da Companhia frente aos desafios do segmento automotivo em que as empresas Randon estão inseridas. Em 2017, volta a fazer parte do plano estratégico do Banco a retomada da contratação de operações através de repasses do BNDES, permitindo a reposição da carteira de ativos de longo prazo.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante		268.699	275.310
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.930	29.550
Títulos e valores mobiliários	5	24.511	16.956
Carteira própria		24.511	16.956
Operações de crédito		225.292	225.945
Setor privado	6a	235.435	230.433
Prov. para oper. de cred. de liquid. duvid.	6b	(10.143)	(4.488)
Outros créditos		1.303	2.759
Créditos tribut. de impostos e contrib.	7	1.198	2.627
Outros créditos diversos	7	105	132
Outros valores e bens		663	100
Bens não de uso próprio	8	653	70
Despesas antecipadas		10	30
Realizável a longo prazo		99.735	180.202
Operações de crédito		94.487	177.420
Setor privado	6a	97.326	180.772
Prov. para oper. de cred. de liquid. duvid.	6b	(2.839)	(3.352)
Outros créditos		5.248	2.782
Créditos tribut. de impostos e contrib.	7	5.248	2.782
Permanente		279	385
Imobilizado de uso	9	224	302
Imobilizado de uso		615	667
Depreciações acumuladas		(391)	(365)
Intangível		55	83
Intangível		293	293
Amortizações acumuladas		(238)	(210)
Total do ativo		368.713	455.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal			
Saldos em 01 de janeiro de 2015	75.000	410	5.761	3	81.174
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.521	6.521
Dividendos	-	-	-	(1.549)	(1.549)
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-	(1.512)	-	(1.512)
Destinações:					
Reserva legal	-	326	-	(327)	(1)
Reserva geral de lucros	-	-	4.645	(4.645)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(2)	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.000	736	8.894	1	84.631
Mutações do exercício	-	326	3.133	(2)	3.457
Saldos em 31 de dezembro de 2016	75.000	736	8.894	1	84.631
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.398	6.398
Dividendos	-	-	-	(1.519)	(1.519)
Dividendos AGO 26/04/2016	-	-	(7.951)	-	(7.951)
Destinação:					
Reserva legal	-	320	-	(320)	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.559	(4.559)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	75.000	1.056	5.502	1	81.559
Mutações do exercício	-	320	(3.392)	(2)	(3.072)
Saldos em 30 junho de 2016	75.000	924	943	1	81.559
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.638	2.638
Dividendos	-	-	-	(1.519)	(1.519)
Destinações:					
Reserva legal	-	132	-	(132)	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.559	(4.559)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	75.000	1.056	5.502	1	81.559
Mutações do semestre	-	132	4.559	(3.572)	1.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi negociado, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco estava autorizado até 04 de fevereiro de 2016 a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em 05 de fevereiro de 2016 recebeu a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao cancelamento da carteira comercial e a partir de 01 de março de 2016 incluiu em suas operações a carteira de investimento. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas do Grupo Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de março de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis a. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. b. **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no ano de natureza operacional. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pré-fixadas são atualizadas até a data do balanço. c. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. d. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. e. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e a regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente

até 04 de fevereiro de 2016, o Banco estava autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em 05 de fevereiro de 2016 recebeu a aprovação do BACEN referente ao cancelamento da carteira comercial, e a partir de 01 de março de 2016 incluiu em suas operações a carteira de investimento. *Carteira Ativa de Crédito:* Rating, *Provisionamento e Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo:* A estagnação da economia em 2014, seguida por recessão em 2015 e 2016, desestimularam investimentos em renovação de frota, impactando negativamente no desempenho da indústria automotiva e de autopeças, bem como na saúde financeira de alguns clientes do Banco. A provisão de crédito para liquidação duvidosa corresponde a 3,9% da carteira ativa em 2016 (1,9% em 2015). O aumento ocorreu em 2016 deve-se a deterioração do cenário econômico que afetou de forma particular o setor de transportes, segmento este em que estão baseados os negócios das Empresas Randon e, por consequência, do seu banco de fábrica.

Valores em milhares de reais

Nível de risco	Provisão %	Carteira de Crédito 2016		Carteira de Crédito 2015	
		Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	0,00%	2.782	RS	11.920	RS
A	0,50%	213.215	5.069	296.695	1.483
B	1,00%	56.932	1.566	56.586	566
C	3,00%	37.980	1.139	33.426	1.003
D	10,00%	4.480	458	4.922	492
E	30,00%	6.526	1.988	4.444	1.333
F	50,00%	4.944	2.472	32	32
G	70,00%	1.373	961	779	546
H	100,00%	4.329	4.329	2.401	2.401
Total		332.761	12.982	411.205	7.840

Tabela 2 - Composição da Carteira de Crédito por Nível de Risco Tomando por base a tabela acima, destacamos a seguir as principais variações observadas no nível de risco da carteira: * Rating "A" e "AA":

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante		104.651	114.244
Depósitos	10	12.430	1.710
Depósitos a prazo		12.430	1.710
Obrigações por empréstimo		84.297	104.353
Obrigações por empréstimos e repasses	11	84.297	104.353
Outras obrigações		7.924	8.181
Cobr. e arrecad. de trib. e assemelhados		297	163
Sociais e estatutárias		1.833	1.862
Fiscais e previdenciárias	12	5.140	5.157
Outras obrigações - diversas	13	654	999
Exigível a longo prazo		181.226	255.995
Depósitos		14.701	16.294
Depósitos a prazo	10	14.701	16.294
Obrigações por empréstimo		80.405	164.171
Obrigações por empréstimos e repasses	11	80.405	164.171
Outras obrigações		86.120	75.530
Outras obrigações - diversas	13	86.120	75.530
Resultado de exercícios futuros		1.277	1.027
Resultado de exercícios futuros	15	1.277	1.027
Patrimônio líquido		81.559	84.631
Capital			
De domiciliados no país	16a	75.000	75.000
Reservas de lucros		6.558	9.630
Ajustes de avaliação patrimonial		1	1
Total do passivo e patrimônio líquido		368.713	455.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

eventuais atrasos superiores a 14 dias reduziram significativamente a proporção dos clientes classificados nestes ratings, gerando acréscimos nos demais níveis de risco. • *Rating "F":* atrasos de 121 a 150 dias no final do exercício de 2016, consequência de dificuldades financeiras enfrentadas pelos clientes no final do primeiro semestre de 2016, cujo impacto teve início nos meses de junho e julho, representando provisão adicional de R\$ 24 milhões em relação ao exercício de 2015. • *Rating "G" e "H":* atrasos entre 151 e 180 dias, e superiores a 180 dias, consequência de dificuldades financeiras enfrentadas pelos clientes no primeiro semestre de 2016, cujo impacto teve início nos meses de maio e junho, representando provisão adicional de R\$ 2,3 milhões em relação ao exercício de 2015. Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos. Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco seja comunicado da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas), não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco, de forma conservadora, leva a classificação de rating ao nível máximo de provisionamento. Em que pese o cenário econômico recessivo observado no exercício de 2016, a recuperação de créditos baixados para prejuízo correspondeu ao montante de R\$ 1,9 milhões (2015 R\$ 0,1 milhões). Ao final do exercício de 2016, o Banco conta com R\$ 4,5 milhões em carteira de créditos baixados para prejuízo (2015 R\$ 4,0 milhões). *Nova operação Garantias Financeiras Prestadas:* No segundo semestre de 2016, foram concedidas cartas-fiança cujos prazos se encerraram durante o primeiro semestre do exercício de 2017. As garantias prestadas montam R\$ 2,4 milhões, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários. *Funding, Captação e Aplicação de Recursos:* O *funding* para

Demonstrações dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	2016	2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da			
Interm. financeira		26.219	51.332
Operações de crédito		23.573	46.003
Result. de oper. com títulos e val. mobiliários		2.646	5.329
Desp. da intermediação financeira		(16.565)	(29.155)
Oper. de captação no mercado		(6.449)	(12.447)
Oper. de empréstimos e repasses		(3.583)	(7.869)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.533)	(8.839)
Result. bruto da interm. financeira		9.654	22.177
Outras rec./desp.) operacionais		(4.770)	(10.381)
Rec. de prest. de serv.		31	61
Rendas de tarifas banc.		303	489
Despesas de pessoal		(2.544)	(5.656)
Outras desp. administr.	18	(1.932)	(4.140)
Despesas tributárias		(717)	(1.443)
Outras rec. operacionais		124	344
Outras desp. operac.		(35)	(36)
Resultado operacional		4.884	11.796
Result. não operacional		(51)	(51)
Result. antes da tribut. sobre o lucro		4.833	11.745
Imposto de renda e contribuição social		(2.195)	(5.347)
Prov. p/ imposto de renda	17	(1.667)	(3.481)
Prov. para CSLL	17	(1.380)	(2.904)
Ativo fiscal diferido	17	852	1.038
Lucro líquido do semestre/exercício		2.638	6.398
Quant. de ações do capit. social por lote de mil ações		79.646	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,033	0,080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **K. Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. **L. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **M. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. **N. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: • **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **O. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos, assim como a provisão para perda, quando julgada necessária. **P. Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20% aplicável a partir de 01 de setembro de 2015, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **Q. Resultado de exercícios futuros:** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. **R. Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **S. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e pressupostos como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados

suportar as operações de crédito do Banco é captado junto à Controladora e à sua rede de distribuidores, através da emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB), de Letra Financeira, e também através do BNDES para operações de FINAME. Não há processo ativo de captação de recursos junto ao mercado. O prazo médio das captações é de dois anos, remunerados a taxas entre 35 e 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Ao final do exercício de 2016 o Banco contava com cinco clientes passivos (seis em 2015). Nas operações realizadas no mercado interbancário para aplicações de liquidez imediata, o Banco considera limitadores em relação ao Patrimônio de Referência, e realiza negócios com instituições financeiras cuja classificação de rating mínimo seja AA+ ou equivalente. Para controle do nível de liquidez, o Banco adota em seus procedimentos a manutenção de caixa mínimo, sendo que este valor atenderá a um percentual mínimo sobre os ativos de crédito. *Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos:* O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital, sendo o saldo remanescente incorporado ao capital. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em estatuto, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2015, em que foram pagos dividendos complementares. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros. *Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas:* Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas durante os exercícios de 2016 e de 2015. *Principais indicadores do período:* • Receita da Intermediação Financeira 2016 de R\$ 51,3 milhões, 11% superior em relação a 2015; • Despesa da Intermediação Financeira 2016 de R\$ 29,1 milhões, 19% maior do que a observada em 2015; • EBITDA de R\$ 11,9 milhões, 18% maior se comparado com 2015; • Est. 6,4 milhões de lucro líquido em 2016. R\$ 6,5 milhões em 2015. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
	2º Semestre	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro lí		

informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional

e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk

Contador CRC RS-041241/O-2